

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO - PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE
ESCOLA POPULAR DE AGROECOLOGIA E AGROFLORESTA EGÍDIO
BRUNETTO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA

RELATÓRIO FINAL



Coordenação Político Pedagógica:

Marcela Alejandra Pronko (EPSJV/Fiocruz)

Alexandre Pessoa Dias (EPSJV/Fiocruz)

Anakeila de Barros Stauffer (EPSJV/Fiocruz)

Ingrid D´avilla Freire Pereira (EPSJV/Fiocruz)

Dionara Soares Ribeiro (EPAAEB/MST)

Eliane Oliveira da Silva Kai (EPAAEB/MST)

Felipe Campello (EPAAEB/MST)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA

RELATÓRIO FINAL

Corpo Docente:

Alexandre Pessoa Dias
Anakeila de Barros Stauffer
Araê Claudinei Lombardi
Carla Macedo Martins
Caroline Bahniuk
Dionara Soares Ribeiro
Eliane Oliveira da Silva Kai
Felipe Campello
Ingrid D´avilla Freire Pereira
Elisiani Vitória Tiepolo
Iara Maria Lopes Rangel
Luiz Henrique Gomes de Moura
Marcela Alejandra Pronko
Ronaldo dos Santos Travassos
Valdete Oliveira Santos

Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)

Anamaria d'Andrea Corbo

Vice-Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Mônica Vieira

Vice-Diretor de Ensino e Informação

Ingrid D'avilla Freire Pereira

Vice-Diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Raquel Moratori

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Marcela Alejandra Pronko

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta a experiência do processo formativo do curso de Pós-Graduação Lato Sensu *em Educação e Agroecologia*, realizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto (EPAAEB). O curso teve o apoio da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz. A previsão de duração do curso seria entre janeiro de 2019 e março de 2020, estruturado a partir da pedagogia da alternância. Contudo, fomos solapados pela pandemia de Covid-19 e as defesas dos trabalhos de conclusão de curso foram realizadas virtualmente entre os meses de setembro e novembro de 2020.

É importante ressaltar que o processo de elaboração curricular se deu de forma coletiva, como é de praxe nos trabalhos desenvolvidos pela EPSJV com instituições parceiras. Por já haver um trabalho consolidado no sul da Bahia, território de atuação político-pedagógica da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto, foi possível realizar uma oficina de construção curricular com docentes e diretores das escolas de educação básica daquele território que desenvolvem trabalhos na área de agroecologia.

A oficina foi realizada entre os dias 18 a 21 de setembro de 2018, tendo por objetivo geral, identificar as necessidades de formação para docentes tendo em vista a incorporação da Agroecologia como componente curricular na educação básica em municípios da região sul da Bahia. Traçamos como objetivos específicos:

- Conhecer e socializar a experiência em agroecologia das escolas do campo do sul da Bahia;
- Mapear as concepções de agroecologia, de educação e de escola presentes no cotidiano das escolas do campo no sul da Bahia;
- Construir coletivamente um esboço de proposta de formação em educação em agroecologia para educadoras das escolas do campo no sul da Bahia.

Tal forma de organizar a proposta curricular se constitui como uma ação orgânica da EPSJV junto às instituições parceiras¹, visto que compreendemos o currículo como um campo de conhecimento e como um artefato cultural. Em outros termos, podemos dizer que em cada proposta curricular que se constrói, a partir de condições sempre concretas e específicas, explicitamos uma intencionalidade pedagógica que se expressa nos conteúdos a serem legitimados e veiculados, na metodologia desenvolvida, ou seja, na práxis pedagógica. Dessa forma, o currículo elaborado não pode ser compreendido a partir de referenciais pedagógicos e políticos com alguma suposta neutralidade, pois, como diria Paulo Freire: “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos fincam molhados, ensopados. Somente assim, o compromisso é verdadeiro” (Freire, 2018, p. 22).

Nesse processo de construção da proposta do curso, nos deparamos com a seguinte realidade: alguns educadores e educadoras da região não poderiam comprovar sua titulação na graduação, pois a realizaram em instituições privadas que não haviam fornecido a certificação – seja por dificuldade no pagamento das mensalidades por parte do(a) educando(a), seja por se constituírem em instituições nada sérias e terem se extinto. Isso revela tanto a privatização da formação docente – com a condução de instituições precárias que só visam o lucro –, como a falta de investimento público na formação do(a) educador(a) nos interiores do Brasil. Outra realidade que nos deparamos é termos potenciais educandos(as) que estavam ainda em seu processo formativo no nível superior e não o teriam completado até o término da realização do curso de especialização. No entanto, como a proposta era realizar uma formação orgânica para o conjunto das escolas do campo do extremo sul e sul da Bahia, estes educadores e educadoras eram importantes para o desenvolvimento da proposta agroecológica no interior dessas escolas do campo. Assim, em diálogo com os órgãos colegiados da EPSJV e também junto à EPAAEB, buscamos a possibilidade de realizarmos uma outra certificação como um Curso de Desenvolvimento Profissional, sem modificar a proposta pedagógica. Do ponto de vista formativo, o processo seria o mesmo. Do ponto de vista legal, tais educadores e educadoras teriam algum tipo de certificação que

¹ Além do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde que também se destina a docentes além de profissionais da saúde, a EPSJV tem no seu histórico o desenvolvimento de cursos lato senso junto a movimentos sociais e de demanda aberta, para a formação docente junto aos países africanos de língua portuguesa e junto à Universidad de la República (Udelar – Uruguai).

poderiam legitimá-lo em processos seletivos de contratação de educadores(as) do campo, já que estes profissionais vivem uma realidade de precarização e uberização dos vínculos de trabalho.

No interior da EPSJV, a partir de sua gestão colegiada e participativa, foi informada a execução da oficina na EPAAEB, assim como apresentada a proposta do curso no Colegiado da Pós-graduação em outubro de 2018. Em seguida, realizou-se uma chamada aberta para os docentes da EPSJV/Fiocruz que desejassem participar da construção do plano de curso e se engajar no processo formativo. Após tal processo, o curso foi apresentado na Câmara Técnica de Ensino, órgão colegiado em que se discutem as propostas formativas da EPSJV e, enfim, encaminhada para apreciação e deliberação do Conselho Deliberativo da Escola.

A perspectiva da politecnia, como princípio estruturante da EPSJV/Fiocruz, que propõe a construção de uma escola unitária e crítica, orientou a formulação e a realização deste curso que se destinou aos educadores e educadoras das escolas do campo. Ao mesmo tempo, neste processo de articulação junto aos movimentos sociais do campo, a EPSJV também teve a oportunidade de aprender com a realidade dos territórios do campo, dos movimentos sociais e dos educadores que constroem um modo de viver a partir de uma relação mais íntegra com a saúde, a educação, o trabalho e o meio ambiente.

O curso viabilizou um processo de formação para os educadores que atuam na Educação do Campo em áreas de Reforma Agrária, buscando consolidar os conhecimentos acerca dos métodos e das teorias críticas em educação e em agroecologia. É um processo que propiciou o aprofundamento da compreensão da realidade dos territórios e a promoção de práticas de Agroecologia nas escolas e em toda a região.

O curso, portanto, não se configurou como uma estratégia isolada e pontual, mas se constituiu como parte de um conjunto de iniciativas relevantes e pioneiras que tentam disputar as possibilidades de viver de forma digna, saudável e em harmonia com a natureza em um cenário complexo e com intervenção do capital internacional (expansão da monocultura de eucalipto desde os anos 1980). É importante ressaltar, portanto, o conjunto de ações que trazem a materialidade concreta para que esse curso fosse construído, a saber:

- (1) A luta e as ocupações realizadas pelo MST que culminaram com a conquista de mais de 30 mil hectares de terra distribuídos em 17 áreas na região;
- (2) O engajamento do MST ao priorizar este território para a implementação de iniciativas como o projeto de assentamentos agroecológicos. Ressalte-se aqui que há uma equipe técnica deste movimento que atua em 19 assentamentos da reforma agrária com este objetivo;
- (3) A realização de estudos sistemáticos sobre a cadeia do agronegócio que disputa as terras com os camponeses na região, bem como as práticas de agropecuária hegemônicas neste território;
- (4) A criação da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto como espaço de referência técnica e formação sobre a produção agropecuária na região, sobretudo, na pesquisa agroecológica;
- (5) A inclusão da temática da Agroecologia na Educação Básica das escolas de assentamentos e acampamentos de boa parte dos municípios da região desde 2015, como oportunidade para a problematização do modelo de produção agrícola convencional, a reflexão sobre os danos do uso dos agrotóxicos e a construção do conhecimento sobre a Agroecologia no âmbito da Educação Básica.

Por tudo o que foi exposto, a formação dos educadores das escolas do campo, sujeitos de uma realidade conflituosa em que a hegemonia da produção agrícola convencional é disputada por um projeto agroecológico, torna-se dispositivo estratégico para construir novas formas de viver, se relacionar com a natureza, produzir alimentos, trabalhar e ter saúde nesta região.

Além disso, a afirmação de um curso, na modalidade de pós-graduação, é uma oportunidade de consolidar as práticas de agroecologia nos currículos da educação básica; produzir conhecimentos sobre educação e agroecologia; ampliar os vínculos escola-família-comunidade-serviços de saúde para a construção de territórios agroecológicos dialoga com as missões técnicas e institucionais da EPSJV e da própria Fiocruz.

ANTECEDENTES

As parcerias institucionais entre a EPSJV e os movimentos sociais do campo, particularmente o MST, possuem longa trajetória. A cooperação técnica tem se dado nos âmbitos da pesquisa, do ensino e da produção de materiais pedagógicos.

As ações de pesquisa tiveram como objetivo a sistematização de conhecimento para a estruturação das propostas formativas. Por esta natureza, não há uma publicação específica com o enfoque da pesquisa, muito embora iniciativas como os projetos “Demandas de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: elementos para a formulação de proposta didático-pedagógica voltada para a promoção à saúde da população do campo” (2007-2008) e “Determinantes Sociais da Saúde nos Territórios de Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): elementos para a elaboração de proposta de formação em saúde ambiental para a população do campo” (2010-2011) tenham sido absolutamente importantes para o delineamento de nossas ações.

No âmbito do ensino realizamos os seguintes cursos:

- *Curso Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Saúde Ambiental das Populações do Campo* (CTMA), viabilizado através da Cooperação CGVAM/MS e Fiocruz (2008-2009);
- *Curso de Especialização Técnica de Políticas Públicas de Saúde para a População do Campo*, viabilizado através de Cooperação com SEGEP/MS (2010-2011);
- *Curso de Especialização (latu sensu) em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais*, curso realizado em parceria com várias instituições públicas brasileiras de ensino, dentre elas, UERJ, UFRJ e UFF sendo a primeira turma viabilizada pelo PRONERA (2011-2013) e a segunda turma pelo PRONERA/CNPq (2013-2015);
- *Curso Técnico em Meio Ambiente*, realizado simultaneamente para duas turmas, através de Cooperação com SGETS/MS (2012-2013). Este curso teve por base o curso anteriormente citado de *Especialização Técnica em Saúde Ambiental para as Populações do Campo*;
- *Curso de Qualificação Profissional Cooperativismo, Agroecologia, Saúde e Meio Ambiente*, viabilizado através do PRONERA/CNPq/Secretaria Nacional da Juventude (2015-2017).

A partir destas experiências, realizamos algumas publicações, tais como o Dicionário Educação do Campo (2013); uma edição especial da Revista Poli cuja temática foi a “Educação Profissional: projetos em disputa no campo brasileiro” (2014); o Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde (2015); a coleção Tramas e Tessituras, composta por 5 livros que sistematizam a experiência do Curso Técnico em Meio Ambiente; Revista Poli; o livro “Hegemonia Burguesa na Educação Pública: problematizações no Curso TEMS” (2018); o “Dicionário de Educação e Agroecologia” (no prelo, 2021) em parceria com a Presidência da Fiocruz.

Sobre a cooperação técnica, realizamos na EPSJV o *XIII Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio de Janeiro* (2010) e temos participado das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (2016, 2018, 2019 e 2021 de forma mais estruturada e 2015 e 2017 com atividades pontuais).

Diante desse histórico em que vimos construindo uma interlocução profícua entre a educação politécnica, a Educação e a Saúde do Campo e a luta pela efetivação dos direitos, se configurou essa possibilidade de formação que aprofunda nossa missão em prol da emancipação da classe trabalhadora.

JUSTIFICATIVA

O fortalecimento do debate e da formação em agroecologia no território do extremo sul da Bahia, a partir das unidades escolares dos assentamentos da reforma agrária, tem sido uma importante ferramenta de luta no embate às contradições impostas pelo avanço do capital na agricultura e suas consequências socioambientais, com implicações importantes para os modos de viver e ter saúde.

Compreender a estrutura fundiária, bem como as disputas pela terra que ocorrem neste território é pré-requisito para tratarmos a educação em agroecologia na perspectiva de compreender a realidade contraditória pelo qual as escolas estão situadas e os desafios que estão postos neste momento histórico.

Buscamos, nesse processo de lutas e resistências, fortalecer o território a partir de estratégias que pudessem fazer frente ao contexto histórico de desenvolvimento explorador e destruidor da natureza. Assim, construímos a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto e buscamos implementar e fortalecer o debate da agroecologia nas escolas dos assentamentos do MST no território.

O contexto histórico do processo de desenvolvimento do Território Extremo Sul da Bahia.

A região do extremo sul da Bahia, composto por 21 municípios e uma área de 30.520 Km², possui vegetação predominante de Mata Atlântica caracterizada por enorme biodiversidade. Esta região teve o processo de exploração dos recursos naturais intensificado a partir da construção da BR 101, na década de 1970, tendo a expansão da cultura do eucalipto a partir da década de 1980 com incentivos fiscais governamentais. Contudo, foi na década de 1990 que se acelerou a expansão do plantio, tornando a região responsável por 90% da produção de celulose do estado, passando de 350.000 m³ em 1991 para 5.038.564 m³ de madeira em 2004 (IMA, 2008).

Coincidentemente com a expansão do eucalipto no extremo sul, os empregos permanentes no campo diminuíram em 127% de 1985 para 1995, passando de 20.249 para 8.914 respectivamente. Os empregos temporários tiveram uma redução de 23.111 para 2.398. Já a população rural passou de 76,9%, em 1980, para 22% em 2000. Os estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares tiveram uma redução de 155.753 para 66.595 (IMA, 2008).

A atuação em busca do lucro por parte das grandes empresas se sobrepõe, na maior parte das vezes, às leis dos países, territórios e municípios. Assim, estas empresas pouco têm respeitado os limites de áreas a serem ocupadas pelo plantio do eucalipto. O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou, no ano de 2008, um inquérito civil para investigar as áreas de plantio da Veracel Celulose S.A. que, segundo o órgão, está realizando uma expansão predatória em todo o extremo sul da Bahia, principalmente em Eunápolis. A Veracel teria ultrapassado em mais que o dobro a área permitida para o plantio com eucalipto, que é de 20%, pois dos 1.197 km² do território de Eunápolis, a empresa plantou em mais de 40%.

No aspecto ambiental, destacam-se não somente o deserto verde instalado em grande parte do território, com uma perda incalculável da biodiversidade da Mata Atlântica. A fúria da expansão do eucalipto também avançou sobre áreas protegidas por lei. Em estudo realizado pelo órgão ambiental do estado da Bahia, nas áreas de fomento da Veracel fiscalizadas, 70% não possuíam licença ambiental, 60% estavam sem reserva legal averbada, 15% não possuíam reserva legal e 70% apresentavam as áreas de preservação permanente (APP) (rios e encostas) intensamente antropizadas. Nas áreas

da Aracruz, os números são ainda piores, 53% não são licenciados, 82% sem reserva legal averbada e 89% com APP antropizadas (NETO, 2012).

Como parte deste projeto, também se aprofundou o uso intensivo de agrotóxicos, que promovem a contaminação profunda da terra e produzem danos à saúde. O Brasil ocupa o primeiro lugar em consumo de agrotóxicos no mundo, como nos explica Carneiro (2015), em estudos referentes aos impactos dos agrotóxicos na saúde, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Tal estudo enfatiza que nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, enquanto o mercado brasileiro cresceu 190%. No ano de 2008, o Brasil assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Estima-se que cada brasileiro consome 5,2 litros de veneno ao ano.

Verificamos assim que este território hegemonicamente está dominado pelas empresas multinacionais da celulose e é com essas empresas que se dão as disputas territoriais, no campo da apropriação dos recursos naturais em prol da manutenção deste modelo de agricultura, o que resulta em impactos gigantes tanto do ponto de vista do aprofundamento das desigualdades sociais, quanto à destruição impiedosa da natureza e da saúde humana a partir do uso de agrotóxicos na agricultura.

A Construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto

A Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto foi construída neste cenário em que a terra é apropriada violentamente pelo capital internacional. É, por conseguinte, contraponto ao modelo hegemônico e surge das ocupações de seis fazendas da Empresa Fibria Celulose², em 2006.

A Escola Popular está situando em uma das áreas ocupadas neste processo de luta, o Assentamento Jaci Rocha onde residem no espaço 120 famílias em uma área de 2.370,55 hectares e localizada a 200 metros da BR 101, situado no perímetro do município de Prado/BA, região fronteira, no eixo da BR 101 a 18km de Itamaraju e a 47 km de Teixeira de Freitas.

A partir da parceria entre MST e Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental, estruturou-se uma equipe com técnicos,

² No ano de 2010, houve a compra da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel e esta passou a se chamar Fibria. No ano de 2018 a Suzano comprou a Fibria e passou a liderar a produção global de celulose.

agricultores e especialistas, com o objetivo de desenvolver as atividades do projeto assentamentos agroecológicos e prestar acompanhamento técnico agroecológico para sete áreas de pré-assentamentos. Além disso, houve o encaminhamento de se elaborar a própria proposta pedagógica da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto.

Desta maneira, a referida Escola Popular é concebida com:

- Uma **visão** de que o território do extremo sul da Bahia deve ser transformado pela classe trabalhadora por meio da Reforma Agrária, da Agroecologia, da Educação e de Políticas Públicas comprometidas com a soberania popular.
- Uma **missão** de se constituir como um espaço de educação popular agroecológica integral, visando processos de produção da existência humana em sua totalidade, voltados à constituição de agroecossistemas (ou sistemas agrofloretais diversificados) e à formação de sujeitos autônomos e coletivos autogestionários e sustentáveis.
- E com o **objetivo geral** de contribuir para a formação técnica, organizativa e política com base agroecológica de camponeses pesquisadores e de outros sujeitos sociais comprometidos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, fortalecendo as organizações populares envolvidas e impulsionando o desenvolvimento de comunidades sustentáveis (PPP EPAAEB, 2014, p. 11).

A EPAAEB possui uma equipe técnica que atua em 19 assentamentos da reforma agrária, que vem contribuindo com o conjunto dos assentados e assentadas, na produção e troca de conhecimentos, pesquisas participativas, capacitações e no debate da organização social da base e na cooperação agrícola.

Para esse trabalho realizam-se ações diretamente nos assentamentos, junto às diversas instâncias que compõem o MST, com trabalhos de recuperação de áreas degradadas, banco de semente de leguminosas, produção de biofertilizantes e adubos orgânicos, implementação de sistemas agrofloretais, integração energética entre pecuária e agricultura, entre outros.

O formato de trabalhos práticos realizados uma vez por semana para cada um dos assentamentos, em diálogo com a formação teórica, vem ampliando os sentimentos de pertencimento das famílias com relação à escola - o que é estratégico para a luta da

classe trabalhadora e para a ampliação do debate da agroecologia nas áreas. Assim, a escola tem se tornado uma referência agroecológica, tanto para as famílias assentadas, como para outras escolas do campo e urbanas, assim como para instituições de ensino estaduais e federais.

Dessa forma, o projeto de assentamentos agroecológicos, considerando o histórico de vida das famílias Sem Terra, procura avançar na articulação institucional, propiciando visibilidade e possibilidade de acesso às políticas públicas voltadas para estes segmentos, nos campos da proteção social, da produção agropecuária, da saúde popular e da educação do campo.

A Agroecologia na Educação Básica

A temática da agroecologia na educação básica das escolas de assentamentos e acampamentos integra a estratégia de consolidação da agroecologia na região, visto o potencial de escolas em territórios de áreas de Reforma Agrária. Integram-se nesse processo 52 escolas, sendo 7 de Ensino Médio e as restantes de Ensino Fundamental e Educação Infantil, somando 305 professores e quase quatro mil educandos em suas diferentes faixas etárias.

Por isso, dentre os eixos de atuação da EPAAEB, desde o ano de 2014, inclui-se a formação de professores, considerando que esses poderiam exercer também a função de trabalhar com seus educandos os conhecimentos que os ajudem a compreender a agroecologia enquanto uma ciência popular capaz de transformar a realidade dos assentamentos e acampamentos.

Neste âmbito, a EPAAEB organizou, durante os anos de 2013 e 2014, uma Campanha denominada “Extremo Sul pela Vida, Agrotóxico Zero!”, cujos objetivos centraram-se em fomentar atividades criativas e reflexivas, no contexto dos assentamentos e escolas do campo, relacionadas aos riscos do uso de agrotóxicos, exaltando os princípios da agroecologia e o valor da vida. A campanha se relacionou com dois compromissos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: defender o princípio da soberania alimentar, para que cada comunidade possa produzir os alimentos necessários para o seu povo, e a produção agrícola agroecológica, abolindo o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

A campanha percorreu diversas escolas de assentamentos e acampamentos e desta experiência foi possível problematizar o modelo de produção agrícola centrado no

uso intensivo de agrotóxicos, que além de ser uma realidade das grandes propriedades, está presente na vida dos assentamentos. Outro desafio a ser enfrentado se refere ao confronto com projetos de educação ambiental fomentadas pelo agronegócio na educação pública como é o caso do “Programa Despertar”, coordenado pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR, que implanta visões do capital no interior das escolas públicas destinadas aos filhos e filhas das classes trabalhadoras.

A partir do resgate da história oral dos assentados/as e acampados/as se extraiu informações acerca da construção territorial da região, dos municípios e dos próprios assentamentos e acampamentos, extraindo-se a memória do como e do porquê se utiliza agrotóxicos nestes meios, evidenciando-se, portanto, as contradições e, também, as alternativas para quem está no processo de transição para a agroecologia. Percebemos que a metodologia teve um papel fundamental de sensibilização de educadores(as), educandos(as) e comunidades. As ações proporcionaram debates sobre o uso de agrotóxicos e a contaminação da natureza que ultrapassaram os muros das escolas.

Outra constatação observada a partir do percorrido da Escola Popular nas escolas de educação básica, foi a detecção de que a maioria delas estava inserida em programas de educação ambiental coordenados pelo agronegócio, em especial via SENAR³, a partir de seu programa “Despertar”. Esse fato trouxe para o seio do Setor de Educação uma contradição a ser trabalhada, uma vez que os professores do próprio MST estavam sendo formados pela concepção de agricultura do agronegócio. Esta constatação impulsionou a Escola Popular a propor uma série de atividades pautando nossa concepção de projeto de campo e de agroecologia.

A partir daí, traçou-se um plano de formação de professores específico em agroecologia, provocando o conjunto do MST da região a refletir sobre o papel da escola na construção de assentamentos agroecológicos, entendendo que a escola pode ser um lugar estratégico para a construção deste conhecimento e que precisa ser ocupado pela nossa concepção e pelas nossas práticas pedagógicas.

Foi possível elaborar coletivamente uma proposta curricular inicial para atuação nas escolas, desenhando algumas diretrizes desse trabalho e, como resultado, produziu-se a publicação intitulada “Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia” (2017) que serve como subsídio para o trabalho docente.

³ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, integrante do Sistema “S”.

Vejamos alguns aspectos a serem considerados para a construção da agroecologia no âmbito escolar:

A formação continuada de educadores deve ser pensada a partir da vivência comunitária e das práticas sociais nas comunidades; o educador do campo necessariamente precisa estar vinculado ao povo, precisa entender o projeto educativo das escolas do MST e das escolas do campo e com isso compreender que a escola não é uma ilha, mas parte desta construção histórica e que a agroecologia é uma prática social que não se constrói murada na escola. A elaboração de materiais didáticos e os estudos continuados são condições para melhor compreensão do currículo; há muitos materiais de agroecologia, no entanto é necessário adequar sua linguagem para que professores e estudantes possam se apropriar melhor destes conhecimentos. A agroecologia deve permitir a análise crítica da realidade. A relação com a comunidade é essencial no processo educacional; neste contexto o território é a matéria-prima viva dos estudos, sendo necessário articular os conhecimentos escolares dos estudantes com a organização social e produtiva que existe no entorno, envolvendo pais e mães como educadores. A agroecologia é um processo de construção do conhecimento e pode ser uma forma de exercício da criatividade na escola, além de articulação entre teoria e prática. (Ribeiro, et all, 2017, p. 18)

Diante disso, percebeu-se o forte potencial que se pode estabelecer no que tange à construção do conhecimento agroecológico nas escolas, pois o mesmo caminha para a mobilização entre os docentes, provocando uma construção pedagógica coletiva, impulsionando uma atuação da escola junto às comunidades. Além disso possibilita a concretização cotidiana da dimensão do trabalho como princípio educativo para o chão da escola e promove uma problematização acerca dos impactos do uso dos agrotóxicos para a terra e para a saúde humana.

Com esses antecedentes e histórico local é que a EPSJV, junto à EPAAEB, se colocou a tarefa de construir o Curso de Especialização de Educação e Agroecologia destinado a professores da Educação Básica, tendo o apoio financeiro da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde/Fiocruz para a compra das passagens e dos materiais pedagógicos necessários ao desenvolvimento do referido processo pedagógico. Tal curso possibilitou o avanço da construção da proposta da agroecologia na esfera da educação escolar e contribuiu para o fortalecimento de uma escola pública comprometida com o desenvolvimento das populações que residem no campo.

OBJETIVOS DO CURSO:

- Formar profissionais da educação básica que atuam nas escolas do campo do extremo Sul da Bahia, a fim de aprofundar as bases teórico-metodológicas que fundamentam as práticas de educação e suas relações com o trabalho e a agroecologia.
- Contribuir para a consolidação do conhecimento e das práticas de agroecologia nas escolas do campo.
- Constituir espaços de estudo e reflexão sobre as relações entre Trabalho-Educação-Agroecologia sob a perspectiva de suas determinações e implicações históricas e pedagógicas.
- Potencializar uma ação docente crítico-emancipatória, em contraste com a racionalidade utilitarista instrumental.

REQUISITOS DE ACESSO:

- Ser professor, coordenador pedagógico ou gestor escolar em uma das escolas do campo do extremo sul ou baixo sul da Bahia.
- Ser educador da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto e desenvolver práticas pedagógicas vinculadas aos professores das escolas do campo.
- Ter diploma de graduação.

PROCESSO SELETIVO

Foram ofertadas 50 vagas, sendo a turma composta por 42 educandos e educandas.

O processo de seleção esteve a cargo da Comissão de Planejamento Pedagógico, que foi composta por professores das duas escolas responsáveis pelo projeto. Para esta seleção foram obedecidos os seguintes critérios:

- Ter atuação profissional vinculada aos requisitos de acesso do curso.
- Apresentar memorial que expresse sua atuação como educador do campo e as intenções com relação ao curso.

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO DOCENTE

O egresso estará apto a:

1 - Atuar na docência desenvolvendo processos educativos no âmbito da formulação do planejamento curricular, do planejamento educacional, dos processos avaliativos e das estratégias metodológicas do processo ensino-aprendizagem em Agroecologia.

2 - Compreender as relações históricas e epistemológicas entre os campos da Educação, do Trabalho e da Agroecologia;

3 - Desenvolver investigações e sistematização de experiências que contribuam para a práxis docente.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura e funcionamento do curso se pautou na **Pedagogia da Alternância, a partir dos fundamentos da Educação do Campo**. O curso dividiu-se, portanto, em 4 etapas de Tempo Escola e 3 etapas de Tempo Comunidade, potencializando a relação teoria e práxis, os estudos de realidade e o colocar-se do sujeito histórico no mundo. Em ambos os Tempos foram realizados processos de ensino, pesquisa e práticas pedagógicas diversas.

O curso previu a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso – estudo sobre a realidade sócio-histórica do território e planejamento educacional para a agroecologia neste território, integrando dimensões teóricas e vivenciais. Este trabalho foi apresentado publicamente durante a última etapa do curso e foi orientado por docentes das duas escolas. Como dito anteriormente, devido à pandemia de Covid-19, as defesas públicas ocorreram de forma virtual.

O Tempo Escola assegurou momentos para estudos individuais orientados para o foco de pesquisa, assim como para grupos de estudo, com orientação coletiva das monografias e/ou para seminários sobre tópicos temáticos especiais, considerados necessários no processo de formação e não contemplados pelos demais componentes curriculares.

O Tempo Escola se desenvolveu na Sede da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egidio Bruneto, em Itamaraju (Bahia). A duração prevista se expandiu na última etapa, devido à pandemia de Covid-19, mas o curso foi planejado com carga horária total de 488h. Organizou-se em quatro unidades de aprendizagem com um componente presencial em sala de aula (368h) e outro em atividades de campo e investigação (120h) nas escolas e territórios de origem dos educandos e educandas.

Nos meses de janeiro e julho de 2019, períodos de férias escolares, foram ministradas unidades com maior carga horária, 96h cada, durante duas semanas de atividades. Em outubro de 2019, ocorreu um Tempo Escola de 10 dias, com 80h de duração. Já em janeiro de 2020 foi realizado o quarto tempo escola com carga horária de 72 horas, prevendo a realização de uma nova etapa presencial para a apresentação pública dos trabalhos finais em março de 2020. Entretanto, a deflagração da pandemia incidiu severamente na reformulação desse último período, como já foi apontado. Os períodos de Tempo Escola foram intercalados com três Tempos Comunidade, cada um deles com duração de 40h.

Na sequência são apresentados os quatro componentes curriculares com suas cargas horárias, objetivos e temas abordados:

❖ **COMPONENTE CURRICULAR 1:**

EPISTEMOLOGIAS E HISTORICIDADE DA CIÊNCIA E DA AGROECOLOGIA – 84h

Objetivo Geral:

Discutir a construção da ciência e da agroecologia nas sociedades modernas.

Temas:

- O método do materialismo histórico-dialético: leitura e transformação da realidade.
- Filosofia da Ciência: a historicidade do saber popular e do saber científico.
- História da Agricultura.
- História e fundamentos da Agroecologia.
- Introdução sobre os transgênicos e seus impactos sociais e econômicos;
- Território: a geografia da vida e determinação social do processo saúde-doença.

TEMPO COMUNIDADE I:

- Realizar diagnóstico sócio-histórico sobre o território e sobre a história do desenvolvimento das práticas de agricultura convencional e da agroecologia;
- Construir seminário de discussão sobre a análise sócio-histórica do território;

- Estruturar grupo de estudos na Escola com o corpo docente e dirigente da escola;
- Realizar uma roda de conversa com a comunidade sobre a agroecologia e o desenvolvimento de atividades pedagógicas sobre o tema.

❖ **COMPONENTE CURRICULAR 2**
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO DOCENTE – 84h

Objetivo Geral:

Problematizar a relação trabalho-educação, as teorias e tendências pedagógicas e a prática docente nas escolas do campo.

Temas:

- Trabalho e educação: perspectiva histórico-ontológica.
- Politecnia e trabalho como princípio educativo.
- Educação do campo, trabalho, saúde e agroecologia.
- Relação homem-natureza-consumo nas sociedades capitalistas.
- Teorias e tendências pedagógicas.
- O docente das escolas do campo como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

TEMPO COMUNIDADE II:

- Realizar o mapeamento das experiências de agroecologia que existem no território;
- Desenvolver atividade sobre soberania alimentar e promoção da alimentação saudável com a comunidade;
- Realizar uma roda de conversa com a equipe de saúde da família sobre agroecologia e saúde.

❖ **COMPONENTE CURRICULAR 3**
DISCIPLINA: A PRÁXIS DOCENTE E A AGROECOLOGIA

Objetivo Geral:

Discutir os fundamentos e o planejamento da prática docente em agroecologia: o processo de ensino aprendizagem, o planejamento educacional e as tecnologias educacionais.

Temas:

- Processo de ensino-aprendizagem e agroecologia nos diferentes ciclos de vida;
- Multi, inter e transdisciplinaridade nos currículos das escolas do campo e a agroecologia;
- Oficinas de planejamento educacional em agroecologia: fundamentos técnicos da agroecologia; teoria e prática em agroecologia: sistema agroflorestal; biofertilizantes; defensivos orgânicos; caldas; botânica; estudo do solo; agrobiodiversidade.
- Tecnologias educacionais e a disseminação do conhecimento em agroecologia (materiais didáticos; vídeos, etc).

TEMPO COMUNIDADE III:

- Construir o planejamento educacional multidisciplinar para a abordagem da agroecologia envolvendo as famílias e a comunidade de acordo com a realidade do território, suas necessidades e potencialidades;
- Estruturar o trabalho de conclusão de curso: da realidade do território ao planejamento educacional em agroecologia.

❖ COMPONENTE CURRICULAR 4:

**PROCESSO INVESTIGATIVO, SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E
TCC – 76h**

Objetivo Geral:

Discutir os pressupostos teórico-metodológicos do processo de produção do conhecimento e da sistematização da experiência na prática docente.

Temas:

- O materialismo histórico-dialético como método de pesquisa;
- Sistematização de experiências;

- Seminários de orientação do TCC.

CRONOGRAMA DO CURSO:

Mês/Ano	Jan 2019	Jan 2019	Tempo Comunidade I	Jul 2019	Jul 2019	Tempo Comunidade II	Out 2019	Out 2019	Tempo Comunidade III	Jan 2020	Jan 2020
Componentes curriculares	Epistemologias e historicidade da ciência e da agroecologia	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC	Diagnóstico sócio-histórico sobre o território; Seminário para socialização; Grupo de estudos com corpo docente da escola; Realizar roda de conversa com a comunidade.	Fundamentos da Educação e do Trabalho Docente	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC	Mapeamento em agroecologia. Atividade educativa sobre soberania alimentar e promoção da alimentação saudável com a comunidade Roda de conversa com a equipe de saúde da família sobre agroecologia, e saúde.	A práxis docente e a Agroecologia	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC	Planejamento educacional em agroecologia Estruturar o trabalho de conclusão de curso: da realidade do território ao planejamento educacional em agroecologia	Síntese integradora dos componentes teórico-metodológicos do curso: os fundamentos da prática educativa em agroecologia	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC
Carga horária	84h	12h	40h	84h	12h	40h	68h	12h	40h	56h	40h
Total	488h										

METODOLOGIA

O curso tinha prevista a duração de 13 meses, sendo prevista a defesa para março de 2020, quando nos deparamos com a pandemia da Covid-19. Este fato, como dito anteriormente, adiou a defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso que se constituíram como trabalhos coletivos de intervenção nos territórios e escolas de origem.

Como salientado, o curso se estruturou com sete etapas, sendo: quatro etapas de estudos teóricos, ou Tempo Escola, com 8h diárias de aulas, que incluem a realização de estudos, aulas, apresentação dos trabalhos e debates (seminários temáticos) com a turma, com carga horária total de 368 h/a. Todos os módulos foram permeados por eixos problematizadores: método e pesquisa; relação entre capital e trabalho; Estado; Educação do Campo.

A coordenação político-pedagógica do curso - responsável pelo planejamento e acompanhamento de todo o processo pedagógico - assegurou que as estratégias de Tempo Comunidade do curso se constituíssem como um espaço de diálogo e de aprofundamento teórico, permitindo ao conjunto de participantes extrair lições para a pesquisa e outras atividades de formação.

As três etapas de Tempo Comunidade (TC) se realizaram nos intervalos entre os Tempos Escola (TE), quando os(as) educandos(as) dedicaram 40 horas de trabalho para atividades orientadas pela Coordenação e pelos docentes, totalizando 120 h/a de carga horária. Nesse período, os educandos desenvolveram suas atividades de pesquisa e extensão, nas escolas, serviços de saúde, assentamentos e acampamentos dos quais são oriundos.

No entanto, na primeira etapa de TC houve a necessidade de um tempo maior para executar as tarefas do diagnóstico. Este seria a base dos passos seguintes e, assim, realizamos um Seminário junto à comunidade das escolas do capo e dos assentamentos para pactuar a intenção de trabalho final que se constituiria no Trabalho de Intervenção Coletivo.

O planejamento dessa primeira etapa do TC se estruturou da seguinte forma:

- O TC se desenvolveu nas escolas dos assentamentos ou acampamentos de cada estudante, conforme discussão nos coletivos responsáveis pela sua indicação ao curso.

- As atividades orientadas pelo curso são de complementação de estudos e de desenvolvimento do projeto de intervenção, conforme orientação recebida.

Foram realizadas as seguintes atividades:

I) Realização do diagnóstico sócio-histórico sobre o território e sobre a história do desenvolvimento das práticas de agricultura convencional e da agroecologia (segundo orientações do planejamento realizadas no primeiro tempo escola e enviadas como trabalho escrito pelos grupos);

II) Construção do seminário de discussão sobre a análise sócio-histórica do território;

III) Realização de uma roda de conversa com a comunidade sobre a agroecologia e o desenvolvimento de atividades pedagógicas sobre o tema (integrada ao seminário);

IV) Estruturação de um grupo de estudos na Escola com o corpo docente e dirigente da escola, a partir da leitura de FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Nesta atividade, o grupo devia responder à seguinte questão: 1. Descreva os obstáculos e possibilidades para realizar o trabalho docente no seu território a partir das reflexões de cada um dos capítulos deste livro. Esta escrita deverá ter no máximo 5 páginas, devendo conter a descrição do processo – quantas sessões foram realizadas, quais os participantes, além da resposta à questão orientadora.

No que tange ao Seminário de apresentação do diagnóstico junto à comunidade, delineamos dois objetivos:

- Apresentar e sistematizar o desenvolvimento da primeira parte da pesquisa - elaboração do diagnóstico - junto à comunidade, construindo coletivamente a análise da evolução dos planos de intervenção desenvolvidos.
- Delinear o objeto de pesquisa/intervenção que constituirá o TCC.

A programação do Seminário se estruturou da seguinte forma:

1º. Momento: Seminário interno - Reunião com CPP e educandos para debater o desenvolvimento do trabalho.

08:00 - Apresentação dos objetivos e programação do seminário;

9:00 – Apresentação dos grupos do roteiro de caracterização e diagnóstico do território

10:00 – Debate sobre as apresentações;

11:00 – Reflexões sobre as intencionalidades do curso de especialização para o MST e a FIOCRUZ;

11:40 – Discussão sobre a organização dos critérios de avaliação da I etapa (Tempo Escola e Tempo Comunidade) que serão: seminário + texto introdutório do TCC (diagnóstico) + síntese sobre a realização do grupo de estudos na escola.

2º. Momento: Seminário aberto

Apresentação para a comunidade sobre o desenvolvimento do trabalho.

13:00 – Mística;

13:30 - Tema: A importância do curso na disputa territorial por um projeto de educação popular.

Mesa: Direção Escola, Brigada, Escola Popular, Fiocruz;

15:00 – Apresentação das sínteses dos projetos (Educandos);

16:00 – Plenária

16:30 - Encerramento

Roteiro das apresentações:

Título do Trabalho – componentes do grupo, escola(s), assentamento(s), brigada(s)

Problema a ser trabalhado – formulação inicial do problema identificado e objetivos do projeto de intervenção

Diagnóstico: Objetivos e planejamento (o que conhecer, para quê, como e quando?)

Avanços do processo de conhecimento

Os Seminários foram organizados de acordo com as Brigadas já constituídas pelo MST nos territórios dos assentamentos nas regiões do extremo sul e sul da Bahia, a saber: Brigada Aloísio Alexandre; Brigada Joaquim Ribeiro; Brigada Olga Benário; Brigada Elias e Che; Regional Baixo Sul. Assim, foi possível um melhor conhecimento das realidades locais por parte dos educadores da EPSJV e a participação das comunidades, parceiros e autoridades locais sobre o delineamento do objeto a ser desenvolvido no Trabalho de Intervenção.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do curso esteve de acordo com a compreensão que a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz tem sobre o trabalho educativo, no qual concebe o educador como um intelectual que reflete sobre sua prática, embasado em teorias sobre o sujeito e a sociedade, trazendo uma determinada concepção de mundo. Neste sentido, a avaliação não se apresenta segmentada do processo educativo em toda a sua complexidade.

Mais importante que atribuir conceitos e notas que explicitem um poder e um controle, ensinamos constituir um processo de avaliação que contribuiu para a construção de conhecimentos sobre a educação – e especialmente sobre a Educação-Trabalho-Agroecologia.

A avaliação, sendo processual, se desenvolveu ao longo do curso, tomando como referência a experiência dos discentes-educadores(as) e suas trajetórias ao longo do processo formativo: avanços teórico-conceituais e sua aplicação prática, produções, participação individual e em grupo, dentre outros.

Além de atividades avaliativas ao longo do curso, ao final deste, os(as) educandos(as) apresentaram (de forma escrita e oral) um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que consistiu na análise da realidade sócio-histórica do território e do planejamento educacional em agroecologia. Os trabalhos foram elaborados, na sua maior parte, de maneira coletiva por grupos de até 4 discentes pertencentes ao mesmo território ou trabalhando na mesma escola.

Respeitando as normas da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, ao final do curso atribuíram-se um dos seguintes conceitos: excelente (A – entre 10 e 9); bom (B – entre 8,9 e 7,5); regular (C entre 7,4 e 6); insuficiente (D - inferior a 6). Ressalta-se ainda que para aprovação o(a) estudante precisou frequentar, pelo menos, 75% de presença em cada disciplina e no curso durante o Tempo Escola. Os discentes foram avaliados por frequência, participação e trabalhos desenvolvidos ao longo das unidades/disciplinas e pelo trabalho de conclusão de curso.

A seguir, explicitamos os títulos e resumos dos trabalhos apresentados, lembrando que o objetivo era construir projetos de intervenção que se realizassem de forma coletiva em cada território da escola e do assentamento a que pertencem os(as) educandos(as). Dessa forma, os projetos foram desenvolvidos desde o primeiro Tempo

Comunidade e foi pactuado coletivamente conforme apresentado anteriormente, a fim de que se constituíssem um processo da práxis de cada escola do campo.

TÍTULO	RESUMO
Educação do Campo: Relação entre Educação e Agroecologia - Estudo de caso das experiências da Escola Municipal Paulo Freire	O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo sistematizar as práticas agroecológicas desenvolvidas na Escola Municipal Paulo Freire, localizada na BR 367 km-22, próximo ao povoado de Vera Cruz, Porto Seguro (Bahia), no Assentamento Luís Inácio Lula da Silva, no município de Santa Cruz Cabralia (Bahia). O projeto de intervenção visa a reelaboração do Projeto Político Pedagógico da referida escola. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos foi o estudo realizado, a partir do diagnóstico, das práticas agroecológicas desenvolvidas na escola, sistematizando-o por meio de rodas de conversas que foram realizadas com a equipe escolar. Além disso, realizou-se levantamentos bibliográficos para análise da inserção da agroecologia nos currículos escolares no âmbito rural, e para a compreensão da Educação do Campo, trazendo autores como Altieri (2012), Pistrak (2009), Caldart (2017), Paulo Freire (1996) e outros, que contribuíram para o processo da escrita. Esse estudo visa propiciar a ampliação do conhecimento da realidade agroecológica, a fim de melhorar o debate sobre o referido item, propiciando a elaboração de uma proposta de intervenção.
Relação Escola e Família no Processo de Ensino – Aprendizagem da Agroecologia e da Soberania Alimentar na Escola Municipal Nucleada Chico Mendes do Acampamento Edite Xavier e Assentamento José Martí	O presente trabalho busca analisar os desafios e as dificuldades na implementação, na escola do pré assentamento Edite Xavier, das metodologias pedagógicas com base agroecológica, fundado nos complexos de estudo de Pistrak (2009) e Makarenko (2002), estudos e construções pedagógicas feitas pelo coletivo educacional do MST. Processos educativos como a auto-organização, formação apropriada de educadores e coletividade dos setores envolvidos na escola e comunidade, foram elementos dessa pesquisa. Para esse desafio foi fundamental os estudos para compreender o território, as forças sociais e de trabalho que permeiam nossas escolas do campo, a partir de um olhar crítico, a formação do movimento e a valorização da cultura camponesa, para reforçar o sentimento de pertença e de luta. O interesse para tal investigação está ligado à necessidade de se conhecer mais profundamente os desafios e debater a importância de todos os instrumentos, para implementar essa nova escola. Foram utilizados autores, que embasam teórica e reflexivamente, a temática a ser abordada. Como objetivo, discute acerca da importância da formação de educadores das escolas do campo, em fortalecer a construção agroecológica em suas disciplinas e a inserção da comunidade, para fortalecer essa implantação, na escola multisseriada do Pré-assentamento Edite Xavier. Pretende-se, assim, contribuir para a construção de uma Educação vinculada às causas, aos desafios, à cultura e à historicidade dos sujeitos do campo e da luta. A pesquisa revelou, por meio de

	<p>entrevistas com moradores da área, dirigentes, técnicos, leituras e estudos, que a área está em formação e acessível para avançar com a nova construção educacional, tendo a agroecologia inserida em seus conteúdos e práticas. Ainda há desafios, como sensibilizar aos moradores da importância desse processo, o quanto ele é imprescindível para a resistência da luta. Com um sistema de ensino, crítico e emancipatório, valorizamos as experiências daqueles que vivenciaram ou vivenciam as práticas agroecológicas, comprovando que ela é viável e importante para a soberania alimentar do povo do campo.</p>
<p>Agroecologia e Promoção da Soberania Alimentar: Uma Proposta de Intervenção para o Colégio Estadual do Campo Oziel Alves Pereira</p>	<p>A agroecologia é um conjunto de saberes e práticas vinculado à produção de alimentos, vida e trabalho, a partir do qual se resgatam saberes populares da classe trabalhadora. A promoção da soberania alimentar é de extrema importância, pois defende a ideia de que cabe a cada povo acumular os conhecimentos diversificados sobre os seus alimentos e sua cultura alimentar, além de democratizar a alimentação saudável como um direito. O espaço escolar para Educação do Campo é de grande importância, mas para isso, deve ser um ambiente que permite a reflexão crítica da sua atualidade, permitindo contribuir para a análise e a mudança realidade da classe trabalhadora, o que inclui a luta pela Reforma Agrária Popular. Diante desse contexto, o Colégio Estadual do Campo Oziel Alves Pereira, localizado no Assentamento Bela Vista, na cidade de Itamaraju, vem discutindo, a partir de experiências e debates agroecológicos, como estimular uma nova forma de vida e de produção de alimentos, a partir do equilíbrio ambiental e social, fortalecendo e resgatando as raízes camponesas e reforçando o processo de luta da Via Campesina contra o capitalismo. A partir dessas referências, esse trabalho apresenta a estruturação de um projeto de intervenção em agroecologia no currículo escolar para a consolidação do tema na escola de maneira interdisciplinar e a promoção da Soberania Alimentar.</p>
<p>Caminhos das Águas do Assentamento Bela Vista: Contribuições para o Currículo em Agroecologia</p>	<p>O presente tem como finalidade conhecer o assentamento Bela Vista a partir do caminho das águas visando à promoção da vida dos camponeses, na construção coletiva de uma proposta de currículo em agroecologia para a escola do campo. Por ser este um projeto de intervenção, tem como sujeitos o corpo docente, a comunidade escolar, visando reconhecer o valor e a importância do caminho das águas para o crescimento da produção do cultivo independente do povo camponês. Neste sentido, ressaltamos que o trabalho coletivo e participativo é fundamental para a construção do Currículo Escolar a inclusão da disciplina de Agroecologia no município, pois a relação entre escola, trabalho e produção integra o objetivo constitutivo da Educação do Campo de trabalhar pela territorialização da agricultura camponesa, do que depende a própria sobrevivência física das escolas públicas no campo. Mas não se trata de atribuir uma função instrumental às escolas. Muito pelo contrário, se trata de materializar um pilar</p>

	<p>essencial da concepção de educação fundamentada no princípio educativo do trabalho e em uma forma de trabalho pedagógico com o conhecimento que permita a compreensão sobre como se produzem os fenômenos da natureza e as relações sociais, como a vida se movimenta e transforma. A agroecologia camponesa e associativa compõe essa estratégia (Caldart, 2017).</p>
<p>A implementação da disciplina de Agroecologia na EMEF Eloi Ferreira: um novo caminho é possível?</p>	<p>A implementação da agroecologia enquanto uma disciplina da educação básica nas escolas do campo do município de Alcobaça na Bahia, é uma conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio do coletivo de educadores na região. O presente TCC é um diálogo para a análise de como a agroecologia tem sido desenvolvida no interior da escola. Sabendo-se da necessidade de uma melhor práxis em agroecologia que englobe as várias dimensões - sociais, políticas, culturais, econômicas, ecológicas etc –, instigou-se a discussão sobre a urgência de uma proposta de formação construída com os diferentes sujeitos e sujeitas da escola. Tem como objetivo principal uma avaliação de como foi conduzida a disciplina de Agroecologia entre os anos de 2014 a 2019, conseqüentemente também se objetivou a construção de um projeto de intervenção com base nos resultados da pesquisa. Como metodologia, foram feitas investigações no território, que intercalaram os Tempos Comunidade e Escola. Para realizar o levantamento dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pesquisa de campo e rodas de diálogos com os educadores e educadoras, educandos e educandas e camponeses e camponesas das comunidades que fazem parte da instituição escolar. Estes momentos foram complementados com os estudos bibliográficos. Conclui-se que para que a Agroecologia não continue a ser conduzida no caminho da disciplinarização ela precisa ser trabalhada em suas dimensões social, de escala, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnica, ética e de soberania alimentar. Para tal, um projeto de intervenção escolar coletivo foi construído para ser conduzido na instituição de estudo.</p>
<p>A Pedagogia do MST e a Formação dos Educadores da Escola Marizete Santos</p>	<p>O presente projeto tem como principal objetivo apresentar a historicidade da escola Marizete Santos, suas lutas, contradições, demandas e necessidades. Composta por uma equipe, da qual fizemos parte, a escola cultiva o desejo de levar avante a Educação do Campo, tendo como base a Pedagogia do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), aprimorando teoria e práticas agroecológicas, com base em vivências diárias, embasado em referências bibliográficas abrangentes como modelo de escola do campo, pois, o estudo, o trabalho e a vivência no campo tornam-se elementos fundamentais à Educação do Campo. Nesse trabalho relatamos, sobretudo, o projeto de intervenção que construímos para a formação dos educadores da escola, que pretende constituir espaço de estudo compartilhado, de construção de parcerias entre professores, para a reconstrução do conhecimento, em que, coletivamente, seja possível perguntar,</p>

	<p>pensar, refletir, problematizar, trocar experiências e repensar suas ações na organização das ações pedagógicas e agroecológicas. Para tanto, esse trabalho apresenta, ao mesmo tempo, reflexões acerca da historicidade da escola, suas contradições, seus desafios e a construção de um projeto de intervenção: formação dos educadores a partir da Pedagogia do Movimento. Foi elaborada uma agenda de estudos e visitas à comunidade escolar para construção desse projeto uma vez que a equipe sentiu dificuldade para se reunir devido aos locais de trabalho, moradias e particularidades. No entanto, com grande esforço e participação da comunidade, foi possível construir o projeto que nos trouxe grande conhecimento. Analisamos que o estudo e elaboração desse projeto forneceu subsídios para que nós, professores, adquiríssemos melhor conhecimento, embasando nossas ações pedagógicas na Pedagogia do MST e inseríssemos de melhor forma a Agroecologia no processo formativo da escola.</p>
<p>A Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Estrela do Che como Ferramenta de Autonomia Pedagógica</p>	<p>O presente trabalho tem como finalidade contribuir para a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Estrela do Che, considerando-o como uma ferramenta para a autonomia pedagógica desta escola do campo. Por ser este um projeto de intervenção, tem como sujeitos o corpo docente, a comunidade escolar – compreendendo-a como a comunidade do Acampamento Paulo Kageyama (município de Eunápolis, Bahia), onde a escola está inserida. O referencial teórico que nos embasa se pauta na Pedagogia do Movimento, em seus referenciais filosóficos e pedagógicos, buscando-se constituir a autonomia da escola e a participação da comunidade no âmbito da luta pela Educação. O projeto de intervenção buscará inserir a comunidade nas reflexões e na apropriação do Projeto Político Pedagógico, desenvolvendo-se questionários, oficinas e seminários, a fim de se viabilizar estratégias diferenciadas para a participação da comunidade. Neste sentido, ressaltamos que o trabalho coletivo e participativo é fundamental para a construção do PPP, pois somente quando os seres se sentem responsáveis e comprometidos com ele é que podemos nos aproximar de uma gestão autônoma, democrática e participativa.</p>
<p>A Construção de Materiais Pedagógicos sobre Agroecologia para a Educação Infantil</p>	<p>O presente trabalho parte da preocupação de se construir materiais pedagógicos com a temática da Agroecologia para o trabalho na Educação Infantil da Escola Municipal Paulo Freire, pois entendemos que é de suma importância desenvolver tal temática numa escola do campo desde as séries iniciais. Para desenvolver o presente projeto de intervenção, realizamos pesquisa de campo com o objetivo de elaborar um diagnóstico do território, assim como pesquisa bibliográfica que contribui para o aprofundamento teórico ligado aos temas que perpassam esse trabalho – infância Sem Terra, desenvolvimento infantil e Agroecologia. Nosso trabalho não se furtou a descrever as dificuldades e contradições de se trabalhar a Agroecologia nas escolas do campo. Buscamos construir um conjunto de oficinas</p>

	pedagógicas a serem desenvolvidas junto à comunidade escolar – família de nossos educandos e educadoras – no ano de 2020, a fim de construirmos juntas atividades e brincadeiras com a temática em Agroecologia para crianças de 3 a 6 anos nas escolas do campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
As Experiências de Manejo Agroecológico do Café no Pré-Assentamento Egídio Brunetto e suas Relações com as Práticas Pedagógicas na Escola	Este trabalho teve como objetivo construir uma proposta pedagógica para a Escola do Campo Egídio Brunetto a partir da historicidade do território e da transição agroecológica do café. O trabalho sistematiza, além da historicidade do território e das diferentes modalidades de cultivo do café na região, atividades com os educandos, educadores e trabalhadores com ênfase nos fundamentos técnico-científicos da transição agroecológica do café, potencializando o desenvolvimento de práticas agroecológicas na escola e na comunidade. Esse projeto de intervenção pode contribuir no processo de formação das famílias para o planejamento dos futuros arranjos produtivos, seguindo os princípios da agroecologia, aplicando conceitos e princípios agroecológicos nesses arranjos, desenvolvendo manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, tendo a educação popular como elemento fundamental nesta construção. O pré assentamento de reforma agrária, onde se situa a escola, tem se apresentado como espaço histórico de resistência, tanto para manter as pessoas em condições de vida dignas no campo como para estimular os processos de educação em agroecologia e da emancipação das comunidades.
Educação do Campo, Agroecologia e a Proposta Construção do Horto Medicinal no Assentamento Quilombo II	Este trabalho se refere à construção de um projeto de intervenção na escola do campo Carolina Silva de Moraes, Assentamento Quilombo II. A intervenção tem como objetivo a construção de um horto medicinal com a comunidade, a partir do qual será possível articular, simultaneamente, a missão da escola do campo e os saberes e práticas agroecológicas. O desenvolvimento do horto medicinal propõe a busca e troca dos saberes sobre as plantas medicinais, convivência social, cultura e política. Assim, a construção deste projeto pretende fortalecer a Agroecologia e o trabalho do campesinato com base na Pedagogia Socialista.
Manejo Agroecológico dos Resíduos Sólidos no Assentamento Bela Manhã: Proposta de Intervenção	O presente trabalho visa trazer o debate sobre o manejo dos resíduos sólidos e seu papel na Agroecologia e de como é importante a escola promover o debate junto aos educandos onde estes podem vir a ser multiplicadores em sua comunidade assentada. Debate também o seu papel para que o camponês produza seus alimentos agroecologicamente, promovendo a soberania alimentar. Aborda a importância do manejo adequado dos resíduos sólidos para a preservação do solo, da água garantindo a efetividade de agroecossistemas. Apresenta a problemática dos resíduos sólidos e o meio utilizado com o auxílio dos estudantes e os assentados para a produção de uma proposta de intervenção e solução desta questão no Assentamento Bela Manhã.

<p>A Agroecologia: Temas Geradores na Construção de um Currículo Interdisciplinar para a Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental II Marizete Santos</p>	<p>Este trabalho tem a finalidade de desenvolver junto às educadoras e educadores da Escola Municipal Marizete Santos um currículo com o tema Agroecologia através da metodologia freiriana - Temas Geradores -, voltado às comunidades atendidas pela unidade escolar, a fim de sensibilizar e incentivar sobre essa forma de agricultura mais saudável em que a vida é valorizada plenamente. Assim, o projeto de intervenção tem como objetivo possibilitar que esses educadores se fundamentem quanto à metodologia trazida por Paulo Freire (1996), associada à Escola do Trabalho e os Complexos de Estudos de Pistrak (2009), à luz da compreensão de Agroecologia defendida por Primavesi (2016), do currículo e da Agroecologia como é pensado, idealizado e defendido por nós educadores do campo (Ribeiro, 2017), bem como da Pedagogia do Movimento (Caldart, 2010).</p>
<p>Sistema Agroflorestal Agroecológico na Escola Municipal Caminho da Esperança no Assentamento Milton Santos</p>	<p>Este TCC teve como objetivo discutir e desenvolver a implantação de um Sistema Agroflorestal Agroecológico (SAFA) com árvores frutíferas nativas da região, no Assentamento Milton Santos, município de Porto Seguro (Bahia), envolvendo educandos, pais, educadores e funcionários da Escola Municipal Caminho da Esperança. Com base na revisão da literatura sobre o assunto, apresentamos uma sucinta abordagem sobre a região do Extremo Sul da Bahia para situar o leitor no debate e, em seguida, discorremos sobre Educação do Campo, Agroecologia e Auto-organização para depois descrever as ações desenvolvidas para a implantação do SAFA no Assentamento Milton Santos. Autores com Almeida (2020), Araújo (2011), Caldart (2017), Ribeiro (2017), entre outros, deram o embasamento necessário para desenvolvimento do trabalho. Por fim, apresentamos algumas necessidades e justificativas para a implantação de um sistema agroflorestal que pode melhorar as características ambientais do local; pode atender várias outras necessidades do homem, na região de Porto Seguro; potencializa os processos ecológicos e possibilita o aumento na renda familiar.</p>
<p>Projeto de Vida: Escolas Ojefferson Santos e Luana Carvalho</p>	<p>Esse Trabalho de Conclusão de Curso é um esforço de síntese sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), que chamamos de Projeto de Vida, da experiência escolar que ocorre no Assentamento Joseney Hipólito em Ituberá (BA), nas séries finais do Ensino Fundamental da Escola do Campo Ojefferson Santos e do Ensino Médio e Técnico em Agroecologia conduzido pela Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho (ETALC) e certificada pela Rede Estadual de Ensino. É uma síntese feita a muitas mãos e que envolveu educadores, educandos, comunidades e movimento social; um debruçar sobre uma trajetória escolar composta por muita luta social e diversos conflitos e disputas ideológicas e pedagógicas nas comunidades e com os poderes públicos municipal e estadual. Seguindo o que seria o percurso do PPP, começamos o texto apresentando o território, a escola e sua história; em seguida os fundamentos teóricos e legais que embasam a pedagogia. No capítulo seguinte,</p>

	<p>descrevemos e refletimos as ações pedagógicas que vêm ocorrendo na Escola, tanto nas adaptações do currículo ao contexto, como na criação de outros tempos, formas e lugares pedagógicos que ocorrem por iniciativa do coletivo escolar e do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por fim, apresentamos o planejamento para a continuidade e a qualificação do que já vem sendo feito, como os próximos passos para a conclusão da elaboração e escrita do Projeto de Vida da Escola.</p>
<p>Agroecologia na Escola do Campo Margarida Alves: Avanços e Tensionamentos</p>	<p>Para o MST a escola é viva, é o coração da comunidade. É no entorno da escola que o acampamento/assentamento se estabelece. Nessa lógica, mais que um espaço de aprendizagem acadêmica, a escola é um espaço político de construção e encontro entre os diversos conhecimentos acumulados pela sociedade, valorização das lutas e da Agroecologia. A partir desse olhar, o presente trabalho propõe a discutir a Agroecologia na Escola Municipal Margarida Alves, os seus avanços e tensionamentos, entendendo seu lugar como espaço de disputa ideológica e como a mesma pode atuar para que conhecimentos científicos, técnicos e populares sejam associados, gerando uma troca de saberes entre comunidade e escola, a fim de criar uma proposta de intervenção, pautada nos estudos de Altieri (2012), Caldart (2016), Pistrak (2018) e Primavesi (2019), para contribuir com o desenvolvimento da Agroecologia na mesma. Foram realizadas entrevistas com lideranças que contribuíram para construir um diagnóstico da comunidade. A partir desse olhar coletivo foi criado um projeto de intervenção e algumas intervenções foram realizadas: muralismo, planejamento coletivo com educadores de escolas do MST e planejamento coletivo com educadores da escola Margarida Alves, todas regadas com muita conversa a respeito da importância da Agroecologia e seu espaço na escola. Nesse percurso, as primeiras conclusões nos apontam que essas mínimas mudanças possibilitarão definirmos com mais clareza a proposta pedagógica que queremos e o lugar de onde estamos falando, além do fortalecimento da luta pela terra, da Reforma Agrária Popular e da Agroecologia, como currículo e como projeto de vida e de sociedade da classe trabalhadora.</p>

CERTIFICAÇÃO

Os certificados foram expedidos pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Como explicitado anteriormente, para atender à demanda de formação mais ampla e orgânica dos educadores e educadoras desses territórios, expedimos dois tipos de certificação – um de Especialista em Educação e Agroecologia e outro de desenvolvimento profissional em Educação e Agroecologia – conforme a formação anterior que apresenta o(a) educador(a) do campo.

DIVULGAÇÃO:

Ao longo do curso, algumas notícias foram sendo construídas com o intuito de divulgar o processo educativo que desenvolvemos, conforme pode ser constatado nos links a seguir:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/epsjv-conclui-curso-de-educacao-e-agroecologia-0>

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/epsjv-conclui-curso-de-educacao-e-agroecologia>

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/escola-promove-curso-de-especializacao-em-educacao-e-agroecologia-em>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Paz & Terra, RJ/SP, 2018, 38ª ed.

PEREIRA, Isabel Brasil, CALDART, Roseli Salete, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE (IMA). *Uso atual das terras: Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha*. Salvador: SEI, 2008 (Série Estudos e Pesquisas, 81).

ESCOLA POPULAR DE AGROECOLOGIA E AGROFLORESTA EGÍDIO BRUNETTO. *Projeto Político Pedagógico da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto*. Prado: mimeo, 2014.

RIBEIRO, D. S. et al. *Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2017 (2ª ed).

O PROGRAMA AGRÁRIO. Secretaria Nacional do MST. *Silvicultura de Eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia: Situação Atual e Perspectivas Ambientais*. Salvador: IMA, 2008.

NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves Cerqueira. “Três décadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia”. In: GEOUSP - *Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 31, pp. 55 - 68, 2012. Acesso em 08 de outubro de 2018 e disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74252>.